

QUESTÃO AGRÁRIA E MEIO AMBIENTE: 500 ANOS DE DESTRUIÇÃO

Zilda Márcia Gricoli Iokoi*

A questão agrária e o meio ambiente estão juntos há 500 anos na América Latina. Devastação, quebra no ecossistema, exploração e expropriação são partes constitutivas dessa experiência histórica singular.

Dois momentos nos parecem centrais no resgate desse processo: o da conquista e o da transição da economia colonial para a produção capitalista.

Dois projetos diferenciados produziram resultados negativos para a relação homem-natureza e para a constituição do desenvolvimento econômico com vistas a um aperfeiçoamento social: o português e o espanhol.

A expansão antimercantil espanhola

No processo da conquista, a expansão espanhola se fez frente a um ideal de conversão, fator fundamental no projeto do papado, viabilizado pela "benevolência" de Isabel de Castela. Esse desejo de domínio religioso revela-se nas cartas de Colombo à Rainha, quando o navegador, tendo atingido as ilhas, animava a soberana sobre o curto espaço de tempo com que chegaram ao continente para recolher metais preciosos e, no reino do Grande-Cã, converter milhares de pessoas.

Entretanto, o desejo religioso articulava-se com a cobiça daqueles que, tendo enfrentado os perigos do mar-oceano, viam-se finalmente recompensados com as riquezas encontradas.

O contato com as civilizações não-européias colocou os conquistadores espanhóis frente a um mundo totalmente diferente daquele até então conhecido.

A organização sócio-política dos nativos, fossem astecas, maias ou incas, assentava-se sobre um duplo sistema. As comunidades aldeãs produziam os alimentos com o domínio coletivo sobre a terra, e a comunidade maior, organizada como uma teocracia, retirava através de tributos os excedentes para a manutenção dos grupos dirigentes, fossem eles militares, sacerdotes ou nobres.

A inexistência de um sistema mercantil com vistas à acumulação permitia que os grupos produzissem apenas valor de uso e corrigissem os problemas naturais com a criação de práticas agrícolas muito eficientes. Os sistemas de chinampas

* Doutora em História da América Latina Continental pela Universidade de São Paulo e autora das obras *Lutas Sociais na América Latina*, 1989 e *Legislativo na Construção da República*, 1990.

(jardins suspensos) no Iucatã, a agricultura de cereais no Vale Sagrado peruano, através do sistema de terraças, ou mesmo as várias práticas agrícolas de imigração na região meso-americana, permitiam um equilíbrio entre o homem e a natureza capaz de garantir o aproveitamento do solo nas áreas alagadas, a plantação de alimentos nas regiões desérticas das encostas andinas e a utilização da floresta para a complementação alimentar.

A relação da terra como espaço da vida e como dádiva do Sol permitia uma harmonização que neutralizava o poder teocrático dos dirigentes (estes, embora cobrassem tributos em espécie e serviços, por outro lado, abasteciam as aldeias nos momentos de crise, com os estoques dos armazéns reais).

A mineração praticada para fins de rituais religiosos nas oferendas ao Sol cortavam a terra superficialmente, preservando-a de possíveis danos.

Os espanhóis não vieram para a América com um projeto de domínio territorial, e a existência de metais preciosos os desviou ainda mais de qualquer plano agrário. A ênfase na mineração intensiva em ritmo de mercado alterou profundamente o ecossistema, especialmente na meso-América, devido à quebra da comunidade aldeã, à destruição do sistema de regadio e à absorção da maior parte da força de trabalho na extração de minérios.

A violência desse processo e a intensidade da extração provocaram intensa erosão, secas e a interrupção da produção alimentar, um dos fatores responsáveis pela crise demográfica do final do século XVI.

Ao lado disso, o Sistema de Mitayos iniciava a transformação do índio em camponês, especialmente pela desagregação da família extensa, pelo recrutamento de mão-de-obra masculina e mesmo pela separação das crianças de suas famílias, já que os padres que iniciavam o Sistema das Missões ou Reduções. Os grupos étnicos que viviam até então organizados pelo sistema comunal passaram a ser, paulatinamente, transformados em famílias restritas empregando-se como arrendatários das *haciendas* ou tornando-se trabalhadores volantes para diversos serviços exigidos pelos "terra-tenentes".

Com o esgotamento da economia mineradora, formaram-se latifúndios em grande parte do território conquistado pelos espanhóis, permitindo a continuidade do processo exploratório iniciado pela expansão religiosa.

É importante destacar que a conquista espanhola se fez pela ampliação do domínio católico e pelo ideal da nobreza de segundo escalão, que pretendia reproduzir na América o modo de vida da nobreza de sangue europeia.

A contradição entre conversão religiosa e interesses econômicos foi um dos elementos que causaram a crise do modo de

produção existente. A expansão do poder do papado sobre o mundo, naquele momento, se colocava contra o poder do dinheiro e do lucro. Entretanto, esse poder permitiu a expansão espanhola e legitimou a conquista, que, centrada na mineração, promoveu a realização de um projeto mercantil europeu sobre o mundo.

Irradiava-se da Europa uma ação com vistas à constituição de um mercado mundial, cuja necessidade vital era a existência de moedas. As moedas de ouro e prata seriam imprescindíveis para criar equivalências para esse movimento novo. As moedas inauguraram a possibilidade de constituição da modernidade, permitiram a acumulação primitiva, elemento central na viabilização da revolução tecnológica dos séculos XVIII e XIX.

Nesse sentido, o projeto católico foi um dos elementos centrais da expansão mercantil e estimulador de um processo histórico destruidor do meio ambiente no Novo Mundo. Entretanto, foi da relação com esse espaço que produziu-se condições concretas para a superação feudal, na Europa, pela reafirmação da desigualdade dos ritmos de desenvolvimento e dos tempos históricos.

Aqueles que na América transformavam-se de conquistadores em colonos e procuravam estabelecer relações com o mercado mundial, só o conseguiam mediados pelo controle metropolitano e por sua determinação. É evidente que esse bloqueio era compensado pelo amplo comércio realizado com as Filipinas através do contrabando. Mesmo assim, o exclusivo controle metropolitano se manteve.

Grande parte desse comércio baseava-se na extração de minérios, atividade dominante ao longo dos séculos XVI e XVII. Neste segundo período, a produção agrícola e o extrativismo vegetal estiveram ao lado da pecuária, estimulando o sistema de trocas. Batatas, milho, trigo, couros, carnes e animais de transporte eram comercializados por sedas e demais artigos de luxo do Oriente, ou vinhos, mobílias e sal da Europa. Tudo sendo produzido por um processo de adaptação das técnicas pré-colombianas àquelas introduzidas pelos europeus.

Uma experiência manufatureira realizada pelos Obrajes e Talleres permitiu a produção de tecidos e tintas que serviam para as trocas com os mercadores de escravos.

Essa diversificação da produção visava melhorar as relações com o mercado mundial, e não as necessidades de abastecimento interno, cada vez mais precarizadas pelo intercâmbio desigual. Com isso, a partir do século XVII, pôde-se perceber a configuração agrária nas colônias hispânicas centradas no latifúndio e na força dos proprietários de terras, grupos que serão protagonistas de um processo de independência nos moldes e na estrutura de tipo colonial, opondo-se às propriedades ou posses comunais dos tempos pré-colombianos.

* Doutora em História da América Latina Continental pela Universidade de São Paulo e autora das obras *Lutas Sociais na América Latina*, 1989 e *Legislativo na Construção da República*, 1990.

Portugal e o mercado mundial

Envolvido desde o início do século XV com o mercantilismo mediterrâneo, Portugal só se colocou à frente da colonização do Brasil quando a baixa do preço das especiarias ameaçava sua hegemonia comercial.

Tratava-se, portanto, de encontrar alternativa para sua posição no mercado europeu. Foi desse modo constituído um projeto de ocupação baseado no domínio da terra, definido a partir do Estado Metropolitano. Concentração de terras, monocultura de exportação permitiam atender, além dos interesses mercantis, as necessidades da fidalguia e dos demais que recebiam concessões de terras em regime de sesmarias.

A ocupação da faixa litorânea para o processo de colonização baseava-se na falta de recursos daqueles que, mesmo tendo recebido uma doação, nada podiam dela extrair por sua conta e risco, além do que deveriam expulsar os ocupantes das terras, destruir seu sistema sócio-cultural e suas relações simbólicas.

A base desse processo foi a utilização do trabalho compulsório como fundamento da produção, dada a vigilância metropolitana contra a acumulação para dentro, uma vez que a colônia deveria atender os interesses da metrópole. Os índios passaram a ser a presa de caçadores e de padres que deveriam organizar o processo de ocupação. Tupis, Jês, Tapuias e outras tribos desapareciam sem deixar vestígios, uma vez que era do interesse do donatário e do desconhecimento da metrópole o volume e a intensidade de sua escravização.

O projeto português promoveu um silêncio sobre a desorganização e destruição dos grupos aqui existentes e isentou-se da responsabilidade do genocídio. Entretanto, na lavoura açucareira, na pecuária, no abastecimento interno, índios foram elementos importantes, não apenas como força de trabalho, mas como conhecimento da terra. A rotação dos plantios na prática agrícola e a coivara se impuseram frente às técnicas européias.

Alegando a inexistência de sistemas sociais mais complexos e a pouca relação dos nativos com os minérios, os portugueses promoveram a destruição das línguas e costumes originais que, preservados pelos hispânicos, geraram os mitos da assimilação pacífica.

A imposição da cultura canavieira e a ausência de projetos de agricultura consorciada fizeram com que os portugueses ocupassem vastas regiões com um mesmo produto, desgastando a terra e promovendo áreas de desertificação no seu entorno.

Outro fator fundamental foi a estrutura produtiva montada pela escravidão permanente utilizada nas ilhas Atlânticas e no Brasil.

Essa compulsão permanente eliminou os traços das relações comunais existentes, anteriores à conquista, recriadas nas

práticas dos quilombos. Experiências igualmente importantes na meso-América e na região andina permitiram que a relação com o passado pré-conquista alimentasse o imaginário latino-americano no seu desejo de liberdade.

No caso de índios ou africanos, esse imaginário alimentou fugas, lutas e a construção dos quilombos, onde a natureza pródiga deveria ser preservada para a vida e não para o mercado. A produção de valor de uso permitia um sistema simples de trocas quando existisse o excedente, e não a produção de excedentes deliberada que chegou a existir em alguns quilombos já no século XIX, alimentando o comércio exportador. O latifúndio se manteve através da articulação da compulsão econômica e do mando político de tempos históricos diferentes e simultâneos.

A transição colonial/capitalista

Foi nesse processo que no México, ao longo do século XVIII, inúmeras medidas legais permitiam a ocupação das terras do Norte por grupos de camponeses indígenas que procuravam refundar a comunidade territorial através dos *ejidos*. Essas ocupações possibilitaram uma reorganização dos grupos que preservavam tradições, língua e costumes.

No Peru, as condições geográficas que dividiam o país em duas áreas distintas, a serra e a costa, liberaram a região serrana aos grupos aimará e quíchua, que permaneceram por longo período ocupando áreas de terras extremamente difíceis para a agricultura, e que pouco a pouco foram abandonando o sistema de terraças e a preservação desse espaço extremamente favorável à erosão.

Na Argentina, a expansão territorial se deu a partir de meados do século XVIII, com o avanço das missões e reduções que colocaram em choque religiões, caçadores de mão-de-obra e de riquezas minerais e as populações guaranis, que foram sendo dizimadas ao longo desse período.

É evidente que, em sendo o latifúndio o modelo predominante no continente, poucos foram os estudos que acompanharam par e passo outras formas de utilização da terra, sendo entretanto, do conhecimento dos estudiosos na questão, que a pequena e média propriedade serviu para complementar a produção do latifúndio, viabilizando ao longo dos 500 anos que transcorreram desde a chegada de Colombo ao continente.

Na América hispânica a transição da economia colonial para a capitalista ocorreu simultaneamente ao processo de emancipação política das colônias, definindo projetos diferenciados, quer internamente, quer inter-regionalmente. Desde o projeto bolivariano, que supunha uma América unida para se colocar contra o modelo europeu, formando a unidade cultural, territorial e outras, até aqueles que buscavam o retorno ao passado pré-colombiano mitificado como o tempo de harmonia,

da grandiosidade, da igualdade, do coletivismo destruído com a chegada dos conquistadores.

Esse sonho unitário, defendido por alguns teóricos do século XIX, apareciam como fantasma para as elites dominantes (os crioulos) que viam na separação da metrópole a possibilidade de avançar seu domínio, livrando-se dos tributos definidos pelo sistema de controle espanhol.

Foi assim que, no México, o processo de lutas anticoloniais permitiu a formação dos *ejidos* coletivos no Norte, a concentração urbana industrial no Centro e as *haciendas* no Sul. Desse processo, pela intervenção de Maximiano (continuador da monarquia de Fernando VII, da dinastia de Bourbon), a separação entre o Sul e o Norte se agudizava tanto mais quanto os privilégios exclusivos dividiam os vários grupos da classe dominante.

No curso dos conflitos daí decorrentes, a problemática da terra só teria qualquer encaminhamento com a Revolução de 1910. Mesmo derrotados, os grupos zapatistas colocaram o tema da reforma agrária em relevo, dada a importância do processo revolucionário camponês. Do ponto de vista do encaminhamento das demandas, a solução só se deu na década de 1930, quando Lázaro Cárdenas promoveu a distribuição de terras reivindicada e promoveu um plano técnico agrícola que aumentava a produtividade e permitia a diversidade do uso do solo.

No Peru, simultaneamente ao processo de formação do Estado Nacional, iniciou-se uma ocupação da região costeira por empresas interessadas na exploração mineral, processo que se estendeu ao longo do século XX na serra central, onde a Cia. Cerro Pasco Corporation formou um domínio econômico/político/jurídico, de forma a transformar-se num Estado dentro do Estado.

Através desta ação, inúmeras empresas exploravam o país controlando a extração mineral, o carvão e o petróleo.

Esse processo concentrador despertou a consciência dos camponeses que, pela organização criada por Hugo Blanco, promoveram grandes ocupações de terras em La Convención y Lares, seguindo pelo Vale Sagrado e Puno, atingindo quase 50% das áreas agriculturáveis na região.

Os *haciendados* procuravam reverter as ocupações e, articulados com a milícia, realizavam uma intensa repressão, que, ao invés de desestimular as ocupações, conseguiram fortalecê-las e ampliá-las, cada vez com maior intensidade.

Foi assim que ao longo das décadas de 1940/1950 procedeu-se à maior movimentação camponesa no país, articulando comunistas de várias tendências, camponeses, ação católica e agentes pastorais. A retomada da experiência de cultivos nas terras recuperou o passado incaico e alimentou o imaginário

popular no sonho de liberdade. Através de lutas, organizações e acordos políticos, os ideários de José Carlos Mariátegui eram retomados.

A produção coletiva, a cultura socializada que sobreviveu há anos e anos de colonização reacendia a luta camponesa e o sonho de liberdade quíchua. Foi desse processo que a necessidade de reforma agrária apareceu claramente.

No governo Juna Velasco Alvarado o Peru institucionalizou um amplo processo de reforma agrária que pôs término ao latifúndio. Transformando as propriedades em empresas associadas, cooperativas agrícolas ou sociedades agrárias com fins sociais, os militares peruanos, representados por Alvarado, articulavam interesses de comerciantes, pequenos e médios proprietários e comunidades camponesas, procurando, ao lado da luta pela concessão de terras, criar uma política agrícola e uma estrutura de distribuição da produção. Estas medidas, entendidas como reformistas tanto pelo PCP - Partido Comunista Peruano, quanto por sua dissidência o MRTA - Movimento Revolucionário Tupac Amaru, ou PC Bandera Roja, não foram apoiadas imediatamente, levantando-se um amplo movimento de rejeição contra a ação governamental. Estava em questão a dicotomia Reforma e Revolução, não enquanto categorias de análise, mas como temporalidades predeterminadas e estanques. O processo, ao invés de aprofundar-se, foi freado.

Três anos depois, antes, portanto, de qualquer possibilidade de avaliação mais efetiva, Alvarado foi deposto por militares direitistas, que impuseram um programa repressivo devastador, fruto da polarização exacerbada que se produziu desde então.

O campesinato permaneceu com acesso a terras, sem vivenciar, até hoje, resultados econômicos mais efetivos contra a miséria profunda. Os camponeses estão atualmente acuados entre três focos: os militares, os narcotraficantes e o Sendero Luminoso. Nesse quadro, violência, devastação e quebra do meio ambiente têm sido a tônica.

No Brasil os problemas remontam ao final do século XIX, uma vez que o tema da terra não envolveu a luta independentista. Somente quando o tráfico de escravos foi proibido, quando a mão-de-obra imigrante foi incentivada e quando o capital gerado pelo tráfico interessou ao governo, o tema apareceu na Lei de Terras de 1850.

Entretanto, apesar de a lei impor o fim das concessões governamentais, ela não foi regulamentada com agilidade. Isto permitiu a continuidade da estrutura de posse, que tanto interessava latifundiários, que não definiam limites para suas terras nem pagavam impostos territoriais, quanto o governo, que aguardava o cadastramento para definir as terras devolutas; sem definição, poderiam ser griladas por sucessivas vezes.

Com a Lei de Terras definiam-se políticas de colonizações agrícolas no entorno do latifúndio exportador, colocando colonos como frente de expansão para preparar as terras para instalação do latifúndio. Essa situação acompanhou o processo de ocupação das áreas novas (Bocas de Sertão) de São Paulo, as terras do Paraná e Santa Catarina, produzindo dois fenômenos interessantes: a) a ocupação baseada na produção de alimentos, como parte integrante do projeto monocultor; b) as condições de sobrevivência do arrendatário, do parceiro, do meeiro ou do posseiro por estar a lavoura de exportação consorciada ao abastecimento.

Foi interessante que, nesse processo, os dois grandes conflitos camponeses do início do século tenham envolvido posseiros e não colonos, como se deu em Canudos ou no Contestado. Aos posseiros, desvinculados do processo da economia latifundiária, restava ocupar e disputar com os grileiros representados pelo próprio Estado as áreas mais ocupadas.

Na década de 1930, com a política varguista de combinar o MPE com o de MST, a política de colonização perdeu a prioridade.

Foi nesse quadro que, na década de 1940, eclodiram dois movimentos armados de ocupação de terras: Porecatu, no Paraná, e Trombas e Formoso, em Goiás. Esses movimentos foram apoiados pelo PCB, que realizava uma série de discussões sobre a relação entre revolução e campesinato.

Um outro setor do PCB procurava atuar junto aos trabalhadores rurais, e não aos camponeses, por considerá-los arcaicos. Inaugurava-se, assim, toda uma articulação com vistas a organizar o sindicalismo rural. Num outro pólo Francisco Julião apoiava a constituição das Ligas Camponesas, constituindo-se três tendências comunistas frente à questão da terra, que provocava um amplo campo de polarização e de alheamento frente à realidade existente.

Ocidente/Oriente ou Partido Moderno ou Arcaico. China ou Moscou. Essa polarização estimulava congressos, reuniões, festas, mas não a análise correta sobre o Brasil propriamente dito. Enquanto a cúpula do Partido disputava hegemonia, adotando Gramsci como referência modelar, perdia-se a análise sobre o papel, o sentido e a inserção do Partido nas lutas contra a concentração fundiária.

A modernização industrial dos anos 50 atingiu também parte do latifúndio monocultor e criou artificios para os improdutivos. Essa nova ação estimulou a direita rentista que, aliada aos militares, produziu o golpe de 1964.

Entre as tantas medidas desorganizadoras e repressivas, os militares produziram o Estatuto da Terra e o do Trabalhador Rural. O primeiro não alterava a concentração fundiária, mas definia o sentido social da propriedade. Através desse dispositivo, e apoiado pelas pastorais da terra, posseiros e colonos

passavam a lutar por suas terras ou mesmo conseguir, através do usucapião, regularizá-las. Pelo segundo, um amplo contingente que possuía a condição de morador nas fazendas, passava à condição de trabalhador volante na agricultura, constituindo-se em bóia-fria.

Nessas novas condições, impunham-se aos camponeses o uso de fertilizantes industriais, as formas modernas de plantio e o necessário envolvimento com o Sistema Financeiro Nacional ou Internacional.

Os que conseguiam ocupar uma terra caíam nas armadilhas da discriminação. Para ter direito a uma política agrícola era necessário possuir o título de propriedade ou receber a concessão do governo. Com o direito ao empréstimo bancário impunham-se os juros e os endividamentos com os insumos.

Muitos abandonavam o plantio ou passavam a criar alternativas mais naturais. Os vários segmentos de produtores agrícolas ou aqueles vinculados ao extrativismo têm hoje procurado criar nova relação entre agricultura e meio ambiente. Uma vez que excluídos da competitividade, pela ausência de capital, esses grupos estão inventando uma nova relação com o meio ambiente em parâmetros modernos. Esses exemplos podem ser encontrados nos agricultores do Vale Sagrado do Peru, nos produtores de gado no sul do Chile, nos seringueiros na região do Acre e nos pescadores no sul do Pará.

Essa nova relação agricultura/meio ambiente é fruto de condicionantes históricos e do desenvolvimento desigual que põe em conflitos o tempo cíclico da natureza ao tempo linear da fábrica.